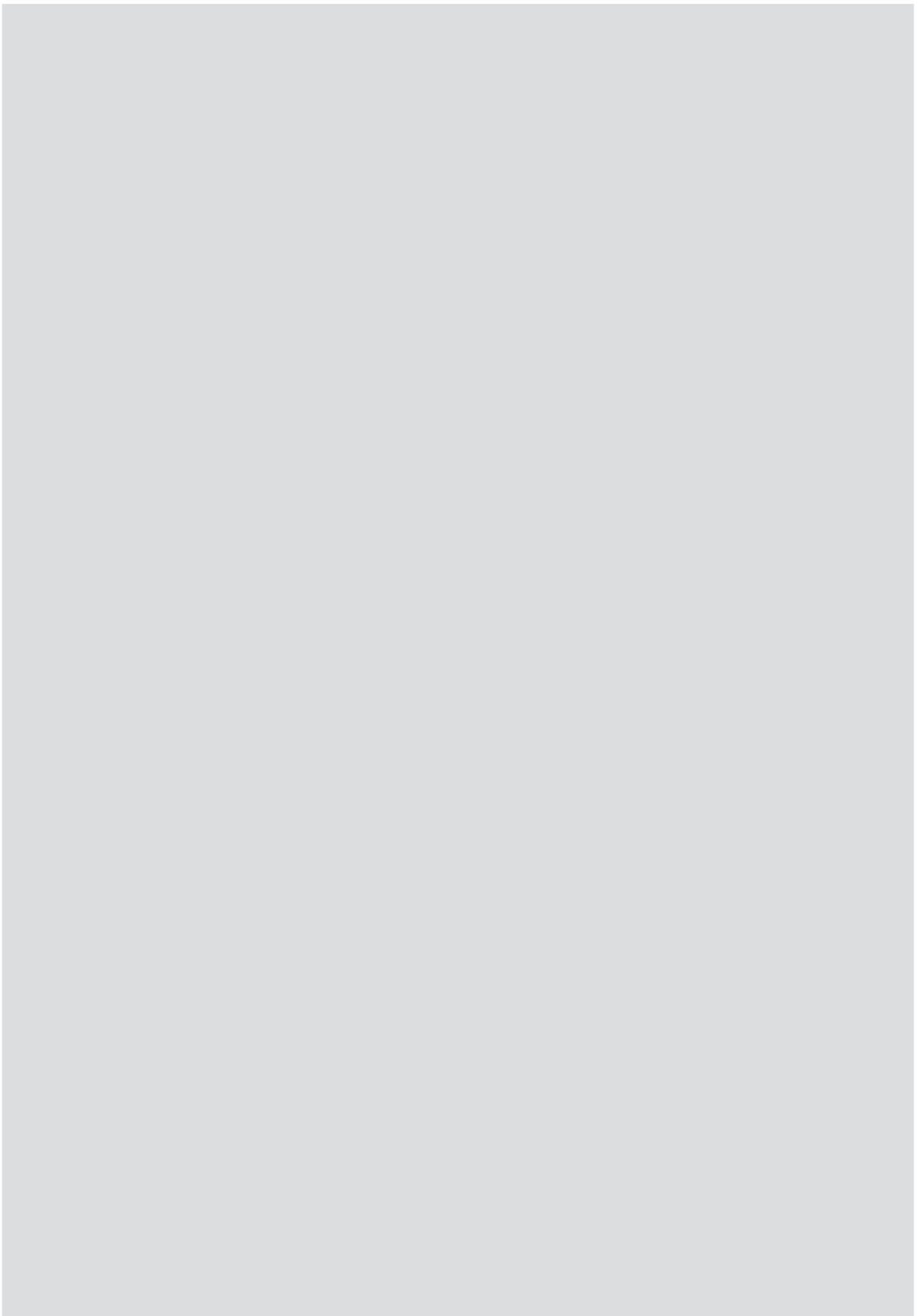


**BEATRIZ MARIA  
SOARES PONTES**

a concepção de espaço no  
pensamento de Manuel Correia de  
Andrade

Doutora em  
Geografia,  
professora da  
UFRN





No seu livro “Geografia Econômica”, Editora Atlas, 10ª edição, 1989, o Professor Manuel Correia de Andrade procurou discutir a crise da Geografia, ponderando que

a crise do sistema capitalista mundial, provocada pela acumulação exagerada do capital e pelo empobrecimento das populações dos países subdesenvolvidos, acompanhada da depredação dos recursos naturais, provocou reações de ordem política e social, com a atitude dos países produtores de petróleo de valorizar o produto não renovável que dispunham, passando a impor preços compensatórios para os mesmos, fazendo despertar uma consciência crítica que se estendeu, naturalmente, ao campo científico e, conseqüentemente, à Geografia (1989, p.15).

Daí a perda de prestígio da Geografia quantitativa e o surgimento de tendências ecológicas dialéticas.

A tendência dialética procura a origem do seu pensamento nos filósofos alemães do século XIX, como Hegel e Marx e tenta explicar a *produção do espaço* [grifos do autor], levando em conta a influência da infra-estrutura econômica sobre a ação do homem. Segundo ela, o espaço geográfico é um espaço social produzido pelo homem, visando à apropriação de bens no período pré-capitalista e à produção de mercadorias, à acumulação de capital, na sociedade capitalista. Ela não se preocupa com a análise do espaço, como também procura explicar a forma como o espaço geográfico foi produzido, em função de que interesses e quais as conseqüências desta produção sobre as estruturas sociais e sobre a acumulação de capital, dando origem à formação de uma Geografia que analise a problemática da crise em que vivemos, indicando caminhos para a solução da mesma (ibidem, p.16-17).

Portanto, o espaço geográfico é um produto da ação do homem. O homem transforma sempre o espaço em que vive e, ao transformá-lo, transforma a própria natureza, fazendo com que os desafios naturais à sua ação sejam diversos dos desafios da própria natureza não modificada pelo homem.

A ação do homem não ocorre de forma uniforme no espaço e no tempo. Ela se faz de forma mais intensa em determinados momentos históricos e nas áreas onde pode empregar uma tecnologia mais avançada ou em que dispõe de capitais mais do que naquelas em que dispõe de menores recursos e conhecimentos. Daí a necessidade de uma visão do processo histórico, levando-se em conta tanto o processo evolutivo linear, como os desafios que se contrapõem a este processo e que o barram ou desviam da linha por ele seguida. Para melhor entender o processo de produção do espaço geográfico, é indispensável a utilização de conceitos, hoje, largamente, aceitos nas ciências sociais, como os de *modo de produção* e de *formações econômico-sociais*. Ao analisarmos a evolução da humanidade e da conquista da natureza pelo homem, temos que admitir que este começou a produzir o espaço geográfico na ocasião em que pôde abandonar as atividades de caça, pesca e coleta como principais e passou a realizar trabalhos agrícolas e de criação de animais. Claro que a passagem foi feita lenta e que o homem, transformado em agricultor e criador de animais, continuou a caçar e a pescar, como o faz até os dias atuais, mas estas atividades, antes exclusivas, tornaram-se complementares. A evolução histórica não é linear e, conseqüentemente, não há uma sucessão cronológica entre estes modos de produção, podendo coexistir modos de produção diversos em áreas diversas do espaço terrestre. Estes não se sucederam por meio de mudanças automáticas, mas gradativamente, pela expansão da área de influência sobre a área do outro, sendo o mais forte em expansão o eliminador ou eliminador gradual ou abrupto do velho modo de produção. Sob o domínio de um modo de produção coexistem modos de produção dominados que não se deixam, facilmente, absorver, em face das condições do próprio processo evolutivo.

Assim a categoria *modo de produção* é abstrata e generalizadora, enquanto a *formação econômico-social* é mais concreta e mais próxima à realidade de cada porção do espaço.

A *formação econômico-social* estrutura-se em um modo de produção (base econômica) que dá origem a uma superestrutura social e política, uma vez que provoca a divisão da sociedade em classe e possibilita o aparecimento e a formação de uma segunda estrutura baseada em princípios, ideias e crenças, que justificam as formas sociais organizadas (superestrutura cultural e ideológica).

Sob o enfoque acima delineado o Professor Manuel Correia de Andrade expressa a concepção de espaço geográfico por ele adotada, como cientista, a partir da qual, no seu livro, explicará e analisará as implicações de ordem econômico-social que estruturam e comandam a produção do espaço e o preço pago pela sociedade e pela nação, à diretriz político-econômica dominante.

São discutidos, no livro em tela, assuntos de grande proeminência, tais como os sistemas econômicos sociais, a empresa, o Estado, a região, os transportes, as comunicações, a agricultura, as matérias-primas e a cidade e a produção do espaço, entre outros.

A análise mais detida do discurso científico de Correia de Andrade sobre os espaço geográfico evidencia que as bases teórico-metodológicas, a partir das quais o referido é pensado, remete-se ao marxismo.

Observa-se que o Professor não confunde a expressão “modo de produção de bens materiais” com o conceito *modo de produção*. A primeira expressão é empregada por Marx e Engels para descrever uma forma de produção de bens materiais: é uma expressão descritiva. A segunda expressão é um conceito teórico que inclui além do nível da produção de bens materiais (nível econômico) outros níveis da realidade social, jurídica, política e ideológica.

O filósofo Louis Althusser (1979) ressalta que a redução desse conceito ao âmbito econômico limita o sentido implícito que Marx a ele deu em “O Capital”.

Assim sendo, o conceito de modo de produção é o conceito que permite pensar e conhecer uma realidade social. O modo de produção é constituído de:

- a) Uma *estrutura global* formada por três estruturas regionais:
  - Estrutura econômica;
  - Estrutura jurídico-política
  - Estrutura ideológica (ideias, costumes)

b) Nessa estrutura global, uma das estruturas regionais domina sempre outras.

c) Nessa estrutura global, a estrutura econômica é sempre *determinante* em última instância. São as condições econômicas que *determinam qual das estruturas regionais desempenhará o papel dominante*. Aliás, segundo Althusser, a distinção entre o papel *dominante* e o papel *determinante* é fundamental.

d) Enfim, o que caracteriza todo o modo de produção é a contínua reprodução das suas condições de existência.

Ressalte-se, ainda, que o núcleo estruturador do modo de produção são as relações de produção que explicam o tipo característico de articulação das distintas estruturas regionais em cada modo de produção e qual delas ocupará o papel dominante.

Enquanto o modo de produção se refere a um objeto abstrato, a *formação social* é uma totalidade social concreta, historicamente determinada.

Esta totalidade social concreta, historicamente determinada é composta de uma estrutura econômica, uma estrutura ideológica e uma estrutura jurídico-política.

A *formação social* é, portanto, uma estrutura complexa, composta de estruturas regionais complexas articuladas a partir da estrutura de relações de produção.

A tese fundamental do materialismo histórico consiste em explicar o conjunto dos processos históricos produzidos numa sociedade a partir de uma estrutura econômica complexa, na qual se combinam diferentes relações de produção. Esta tese não implica, todavia, que o mecanismo negue a importância dos outros níveis da sociedade. A estrutura econômica determina, em última instância, o desenvolvimento social. Porém, não produz nada automaticamente. Os níveis ideológicos e jurídico-políticos possuem uma autonomia relativa dentro dos limites que lhes são fixados pela estrutura econômica, isto é, suas próprias leis de desenvolvimento.

Nunca se pode deduzir da infraestrutura econômica as outras estruturas da sociedade. O econômico serve, apenas, de fio condutor, de guia na investigação detalhada e específica das estruturas ideológica e jurídico-política.

A partir de tais reflexões, torna-se possível perceber as bases que norteiam a teoria do espaço social trabalhada pelos geógrafos, entre eles, o Professor Manuel Correia de Andrade.

A teoria em apreço foi a pedra de toque a perpassar as análises levadas a termo pelo professor, ao longo do livro supracitado.

O estudo da natureza social do espaço conduz à Formação Espacial (na verdade, uma Formação Econômico-social), que, por seu turno, deriva de um duplo conjunto de interações, sempre articulados: o conjunto das interações homem-meio e o conjunto das interações homem-homem, as relações sociais. Portanto, “os homens entram em relação com o meio natural, através das relações sociais travadas por eles no processo de produção dos bens necessários à existência” (MOREIRA, 1982, p. 43). Assim sendo, é o processo de produção dos bens necessários à existência humana, no âmbito do qual se consomem tais interações, que lhes confere unidade, conduzindo à conclusão de que toda análise de Formação Espacial confunde-se com a análise do processo de produção.

Vale ressaltar, também, que a introdução da dialética espaço-tempo, é muito importante para a compreensão das leis de movimentos das Formações Espaciais e seu conteúdo histórico. Sabe-se que o tempo é movimento dialético que combina continuidade e descontinuidade, estabelecendo uma periodização, na qual cada período caracteriza-se por formas, historicamente, específicas de relações de produção, daí resultando o significado da utilização da categoria Modo de Produção nos estudos espaciais.

Portanto, a Formação Espacial é um “espaço produzido” e teria existência efêmera se o processo de produção não fosse, na verdade, um processo de reprodução. Do processo de produção social, decorre a relação de correspondência básica entre a Formação Espacial e a Formação Econômico-social com que se confunde, é resultado e agente impulsor, simultaneamente, do processo de desenvolvimento da História dos homens. Assim, processo de desenvolvimento, é processo de acumulação, não restando dúvida de que os objetos do arranjo espacial e o próprio arranjo em seu todo, são exemplos de formas, “coisas” produzidas e acumuladas no decurso contínuo do processo de reprodução.

Conforme sejam os Modos de Produção, diferentes uns dos outros pela forma de relações de produção e de classes que encerram, as “condi-

ções de reprodução” e os demais meios de produção, ganharão uma conformação própria. Assim, se passa, também, com o processo de acumulação.

Viu-se, anteriormente, que a Formação Espacial tem a própria estrutura e leis de Formação Econômico-social. Esta, por sua vez, tem uma estrutura formada pelo perpassamento de três estruturas (instâncias ou níveis): uma infra-estrutura (a instância econômica) e duas superestruturas (a instância jurídico-política e a instância ideológica). Estas três instâncias permeiam-se, formando uma única totalidade social.

A articulação do espaço com a instância econômica origina o arranjo espacial econômico que é o resultado de como se articulam, no âmago da instância econômica, as forças produtivas com as relações de produção.

Assim sendo, como o espaço capitalista é um espaço de relações intra e inter capitais, comandadas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, está claro que neste arranjo espacial ocorrerão inevitáveis desigualdades. Tais espaços desiguais refletem as desigualdades sociais existentes entre as classes sociais da Formação Econômico-social. E a causa das desigualdades espaciais e sociais é a mesma: a exploração do trabalho pelo capital.

Por seu turno, o arranjo espacial jurídico-político é, sobretudo, moldado pelo Estado e seus propósitos revelam bem a articulação que existe numa Formação Econômico-social entre esta instância e a instância econômica.

É por meio da instância jurídico-política que o Estado intervém no espaço com objetivos muito variados: regulação das relações entre classes e segmentos de classes sociais, instituições e nações; conquista militar, política, cultural ou econômica, alocação de capitais e provimento de maior “racionalidade econômica” aos investimentos.

Enfim, o arranjo espacial ideológico contém as instituições pelas quais os valores circulam e são assimilados com a família, a escola, os centros culturais, a igreja, etc. É no interior da cada uma dessas instituições (espaços sociais), que os valores tornam-se concretos, constituindo-se cada qual numa síntese do todo, prescrevendo, segundo a ideologia dominante, as noções do mundo e a hierarquia.

À guisa de síntese, constata-se, portanto, que a Formação Espacial é a totalidade de formas e processos sociais vistos em linguagem espacial; a Formação Econômico-social é “um complexo organizado de modos de



produção” e o Modo de Produção se traduz pela forma de relações de produção e de classes que encerra.

Entretanto, a articulação dos três conceitos propostos com as categorias mais gerais de análise do espaço, envolve observância de alguns pares dialéticos fundamentais: concreto-abstrato, espaço-tempo e continuidade-descontinuidade.

Além disso, “já que uma totalidade social se organiza em função da produção e expropriação de excedentes, a análise da totalidade deve organizar-se em torno da forma pelo qual é gerado o excedente entre as diferentes classes ou grupos que dele se apropriam. Como uma Formação Social é um complexo organizado de vários modos de produção, o excedente gerado nessa formação não é homogêneo. Existe uma adição de excedentes com origens diferentes. Uma questão essencial é de saber em determinada Formação concreta, qual o modo de produção é predominante, e, portanto, qual é a formação predominante de excedente. Uma segunda questão é saber em que proporção a sociedade vive do excedente transferido com origem em outra sociedade ou dito em outra forma, qual a importância relativa que nela ocupa o comércio a longa distância” (AMIN, 1973).

Cumprido ressaltar que Amin (1973) estava se reportando ao que ele denomina Formação Social Periférica, que é o caso da Formação Social brasileira, uma formação com dominante capitalista.

Impõe-se, portanto, uma visão global do sistema capitalista que tenha em conta o que é invariante em suas estruturas e o que surge da História e está em permanente transformação.

A forma de apropriação do excedente mediante transações mercantis e com base no controle de um excedente preexistente, é invariante. Os reflexos dessa forma de apropriação do excedente no sistema de dominação social produzem-se, historicamente, em função da relação de forças vis-à-vis de outras formas de apropriação do excedente e do grau de integração dos grupos sociais afetados. Que o sistema capitalista se haja estruturado na polaridade centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência é, essencialmente, um fato histórico, consequência da *expansão do modo capitalista de produção*. Este fato histórico iria condicionar a evolução subsequente das estruturas do sistema. Graças a ele, a acumulação no centro seria ainda mais rápida,

aprofundando-se o hiato que o distingue da periferia. Daí que as estruturas sociais hajam sido cada vez mais diversas. Também, é inerente à sua morfologia atual um sistema de divisão internacional do trabalho que reflete e reforça relações de dominação-dependência.

Assim, o sistema de divisão internacional do trabalho – a especialização geográfica erigida em princípio básico ordenador das atividades econômicas – é fruto da iniciativa do núcleo industrial em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes ou de criar novos. A iniciativa esteve com a economia que se industrializava e gerava progresso técnico: a acumulação rápida, que nela tinha lugar, se constituía o motor das transformações que se iam produzindo por toda parte. As regiões que, nesse quadro de transformação, tinham as suas estruturas econômicas e sociais moldadas no exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema. Além disso, a não modificação das estruturas sociais na periferia transformava em reserva de mão-de-obra barata as populações locais, fazendo da exploração das fontes de recursos naturais um instrumento de exploração da mão-de-obra.

Na medida em que permitia anular certos obstáculos ao processo de acumulação no centro, o sistema de divisão internacional do trabalho dava origem a um excedente. Portanto, ao estender sua área de influencia e incorporar, indiretamente, recursos naturais e mão-de-obra ao próprio sistema produtivo, o centro estava obtendo ganhos de produtividade. Todavia, se por um lado, a existência de um excedente criado pela divisão internacional do trabalho era um fato, de outro, não estava muito clara a forma como ele era apropriado.

A história da periferia apresenta toda uma gama de situações que são combinações de formas típicas de apropriação do excedente e que marcam, profundamente, a sociedade e o espaço. A primeira forma (a) conhecerá uma completa evolução, pois, se o estatuto é rejeitado por toda parte, novas formas de controle das atividades produtivas por interesses estrangeiros, em alianças com grupos locais, tenderão a impor-se. A perpetuação das formas tradicionais de dominação social, que se observa em grande parte da periferia, encontra aí uma de suas causas básicas, isto é, a última forma (d) adquirirá importância crescente vindo o Estado a desempenhar, em todo o mundo periférico, funções de grande

peso. Contudo, foram as formas (b) e (c) que marcaram a fundo a história da periferia. A forma (b) porque subordinou todo o processo de acumulação e, em particular, o desenvolvimento das forças produtivas à modernização. A forma (c) porque abriu o caminho à tomada de consciência da situação de dependência criada, historicamente, pelo sistema de divisão internacional do trabalho.

Pelo que acima foi visto, depreende-se, finalmente, que o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas, o espaço influencia, também, a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

As reflexões acima, levadas a termo, sobre o sistema capitalista dominante numa formação social periférica, resultante da divisão internacional do trabalho num dado período da História, são, magnificamente, retratadas na interpretação que o Professor Manuel Correia de Andrade faz ao analisar a realidade concreta no item 4.2 – A Divisão Internacional do trabalho e os Desníveis de Desenvolvimento, integrante no capítulo 4. Os Sistemas Econômico-Sociais e Organização do Espaço, do seu livro Geografia Econômica.

O subdesenvolvimento é o resultado da expansão do modo de produção capitalista com a divisão internacional do trabalho, pela superfície da Terra. Assim, com a Revolução Comercial e expansão colonial, os países europeus se apossaram das faixas costeiras nos países americanos, africanos e asiáticos, ora transformando-os em simples colônias da Coroa, ora mantendo a administração nativa e estabelecendo o sistema de protetorado sobre os mesmo. Neste caso, apossavam-se dos condutos econômicos, do poder militar e do controle de relações internacionais do país ‘protegido’ e mantinham o sistema político-administrativo e legal existente, prestigiando as autoridades nativas que aceitavam a ‘proteção’. Só em casos excepcionais, em que havia grandes riquezas, facilmente, transportáveis no interior – ouro e prata – é que ocuparam planalto, como ocorreu no Peru e no México (AMIN, 1973).

Com a Revolução Industrial, o desenvolvimento dos recursos técnicos e a disponibilidade de capitais, os europeus expandiram a conquista

para o interior, submetendo os povos que aí se haviam refugiado e construíram as estradas de ferro de penetração que transportavam as mercadorias até os portos. Estes países dominados tornaram-se produtores de mercadorias destinadas aos países que os exploravam e passaram a viver para o comércio de exportação, minimizando o atendimento às necessidades dos seus habitantes. Intensificou-se, assim, a divisão internacional do trabalho, separando os países produtores de alimentos e de matérias-primas dos países produtores e nos países industrializados que se beneficiavam do baixo preço dos alimentos e industrializavam a matéria-prima para vender o produto manufaturado no seu mercado e nos países tropicais. A diferença dos preços dos produtos primários para os produtos industrializados beneficiava os países dominadores, que impunham os preços aos dominados, que dependiam econômica e politicamente daqueles.

Esse sistema de divisão internacional do trabalho é dinâmico; à proporção que se forma nos países dominados um mercado consumidor de expressão e que nos países industrializados há uma elevação dos salários dos trabalhadores, em face do recrudescimento da luta de classes, passam as empresas transnacionais a implantar indústrias nos países dominados, visando fazer economia no transporte – da matéria-prima para a metrópole e do produto industrial para o país dominado – no pagamento da mão-de-obra, uma vez que as leis sociais nos países pobres são bem menos justas e menos aplicadas que nos países ricos e, mais, recentemente, para se livrar de uma intensa poluição. As indústrias, altamente poluidoras, (a química, sobretudo) são transferidas em massa para os países pobres, onde não há exigências contra a poluição e onde os governos são dóceis na defesa dos interesses do povo, em face dos interesses das transnacionais. Essa industrialização não quebra, porém, o sistema de dominação, uma vez que a transferência dos lucros obtidos pelas indústrias é feita sob várias formas legais para a metrópole onde a empresa se situa. O comércio invisível de dinheiro e de papéis (cheques, ordens de pagamento, etc.) se faz com grande facilidade e com grandes vantagens para as empresas capitalistas.

Como a racionalidade do sistema capitalista é medida, sobretudo, pela facilidade de acumulação de capital, as grandes empresas que interferiam, apenas, nas atividades de transporte, de comércio e de indústria, passaram a atuar, também, na especulação imobiliária e a investir, quase

sempre, utilizando incentivos governamentais, na abertura de novas áreas agrícolas em que só, recentemente, o espaço natural está sendo transformado em espaço geográfico, implantando grandes propriedades destinadas à exploração madeireira, agrícola, pastoril e mineral.

Para finalizar e tendo, portanto, como pano de fundo a base teórico-metodológica, longamente, explicada neste artigo, o Professor Manuel Correia de Andrade analisa no seu livro *Geografia Econômica* (1989), as formas pelas quais o homem vem ocupando o espaço terrestre e utilizando os recursos que nele se encontram. Uma de suas preocupações é a de evidenciar como os recursos se distribuem pela superfície da Terra e como sua influência age nos modos de organização da vida econômica. Todavia, a principal preocupação do Professor é de discutir até que ponto a racionalidade na exploração de recursos é fator dependente de todo um complexo de relações e de heranças culturais, as quais, por sua vez, condicionam a futura organização do espaço. Esta última preocupação que une o ideológico e o social, por conseguinte, a interface sociedade/natureza, coloca a contribuição de Manuel Correia de Andrade em dia com os mais modernos avanços da ciência geográfica, da qual se espera contribuições relevantes alusivas à preservação, como patrimônio das bases ambientais da vida humana.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia Econômica*. 10. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1989.

ALTHUSSER, Louis. *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo: Global, 1979.

HARNECKER, Marta. *O Capital: conceitos fundamentais*. São Paulo: Global, 1970.

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Forence, 1973.

MOREIRA, Rui. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a Geografia). In:\_\_\_\_. *Geografia Teoria e Crítica: o saber posto em questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.